

JUNTANDO CAC

UMA REFLEXÃO SOB

CLASSIFICAÇÃO DA

KORIABO NO AM

JUNTANDO CACOS:
UMA REFLEXÃO SOBRE A
CLASSIFICAÇÃO DA FASE
KORIABO NO AMAPÁ

MARIANA PETRY CABRAL

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO
AMAPÁ, MACAPÁ, BRASIL

JUNTANDO CACOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DA FASE KORIABO NO AMAPÁ

Resumo

Ao ampliar a pesquisa arqueológica no Amapá, emergiram contextos inéditos, exigindo reflexão sobre como classificar o material. A discussão que realizo aqui tem início com uma investigação sobre a forma como a fase Koriabo tem sido utilizada em outras áreas do Escudo Guianense. Os usos que têm sido feitos, na maior parte dos casos, do termo Koriabo na arqueologia da região, como busco demonstrar, têm um caráter generalizador. Como decorrência, as semelhanças são ressaltadas e as diferenças negligenciadas, com uma forte tendência à homogeneização. No entanto, escavações recentes na Guiana Francesa e no Amapá apontam para contextos diversos de deposição desta cerâmica característica. A partir daí, volto-me ao contexto no Amapá, salientando o quanto escavações amplas com informações detalhadas oferecem novas bases para refletirmos sobre as classificações, já que enriquecem nosso conhecimento sobre os contextos arqueológicos de deposição. A partir da reflexão que apresento aqui, sugiro que, no contexto da arqueologia das Guianas, é necessário ampliar o foco em contextos particulares antes de nos voltarmos às classificações generalistas, a fim de refinar dados e nossas interpretações.

Palavras-chave: fase Koriabo, arqueologia das Guianas, classificação.

COLLECTING POTSHERDS: SOME THOUGHTS ON THE CLASSIFICATION OF THE KORIABO PHASE IN AMAPÁ

Abstract

By expanding the archaeological research in Amapá, new contexts emerged, demanding thinking on how to classify the archaeological material. The argument I make here begins with an investigation into how the Koriabo phase concept has been used in other areas of the Guyana Shield. In most cases, the term Koriabo has been widely generalized in the archeology of the region. As a result, the similarities and differences are neglected, with a strong tendency towards homogenization. However, recent excavations in French Guyana and Amapá point to different contexts of pottery deposition. In Amapá, detailed excavations over wide sur-

faces have offered new basis for thinking about classifications, departing from the knowledge of depositional contexts. Based on argument here developed, I suggest that it is necessary to broaden the focus in particular contexts before we turn to the general classifications, so we can to refine our data and interpretations.

Keywords: Koriabo phase, archaeology of Guyanas, classification

JUNTANDO TIESTOS: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA CLASIFICACIÓN DE LA FASE KORIABO EN AMAPÁ

Resumen

Al ampliar la investigación arqueológica en Amapá, contextos inéditos han surgido, lo que requiere reflexión sobre cómo clasificar el material. El argumento que hago aquí se inicia con una investigación sobre cómo se ha utilizado la fase Koriabo en otras áreas del Escudo de Guayana. Los usos que se han hecho, en la mayoría de los casos, el término Koriabo en la arqueología de la región tienen un carácter generalizador. Como resultado, las similitudes y las diferencias se destacan, con una fuerte tendencia a la homogeneización. Sin embargo, las excavaciones recientes en la Guayana Francesa y Amapá apuntan a diferentes contextos de deposición de la cerámica. A partir de ahí, me dirijo al contexto en Amapá, observando cómo las excavaciones de amplias superficies ofrecen una base nueva para reflexionar sobre las clasificaciones, una vez que enriquecen nuestro conocimiento sobre el contexto arqueológico de la deposición. De la discusión que aquí se presenta, sugiero que en el contexto de la arqueología de Guyana, es necesario ampliar el foco en determinados contextos, antes de recurrir a las clasificaciones generales, con el fin de perfeccionar nuestros datos e interpretaciones.

Palabras-clave: fase Koriabo, arqueología de las Guianas, clasificación.

INTRODUÇÃO

Na tradição arqueológica brasileira, dois conceitos fundamentais são usados para orientar a maneira como classificamos, em um primeiro momento, o material arqueológico. As “fases” e “tradições” arqueológicas foram – na sua maior parte – estabelecidas no âmbito do PRONAPA, nas décadas de 1960-70, e buscavam orientar classificações voltadas à construção de um grande quadro cronológico e espacial de distribuição das culturas no passado pré-colonial (para sínteses sobre o tema, ver Prous 1992 e Barreto 1998). Na Amazônia isto não foi diferente, ainda que este processo tenha iniciado um pouco antes¹. Apesar de serem termos cunhados para um contexto de pesquisa de meados do século XX, sua utilização tem continuidade ainda hoje, com a criação de novas fases (por exemplo, Lima et al 2006).

De qualquer forma, o que discuto neste trabalho não é o processo histórico (nem a fundamentação teórica) da criação de fases e tradições na arqueologia brasileira², nem exatamente as limitações explicativas no uso destes termos (que também já foram discutidas, por exemplo, em Dias 1994, Schaan 2007), mas sim as dificuldades que essa tradição de classificação traz, em especial em contextos inéditos. Isto decorre, certamente, de uma posição, senão crítica, ao menos desconfortável com a manutenção deste esquema de classificação.

As pesquisas das quais tenho participado e desenvolvido nos últimos anos no Estado do Amapá, em conjunto com o colega João Saldanha, permitiram a am-

pliação significativa do conhecimento sobre o registro arqueológico no Estado (sínteses em Cabral & Saldanha 2010, e Saldanha & Cabral 2010). Um dos resultados destas pesquisas é o aparecimento de uma série de informações inéditas, que se referem tanto a um maior detalhamento sobre conjuntos e contextos já descritos, quanto à existência de conjuntos cerâmicos ainda não descritos, sendo alguns conhecidos para outras áreas que não o Amapá, e outros realmente nunca antes mencionados. Tal situação, se gera certamente muita excitação, também traz algumas angústias, em especial sobre a forma como estes novos dados devem (ou podem) ser classificados.

Neste trabalho vou focar minha atenção para o contexto arqueológico em áreas florestadas no Estado do Amapá em função de interesses atuais de pesquisa, mas também por ser esta uma área ainda bastante sub-pesquisada na região.

Ao observar um mapa de localização de sítios arqueológicos no Estado do Amapá sobre o mapa geral de vegetação, é possível observar algumas questões interessantes sobre as áreas florestadas (Figura 1). Como pode ser observado, a maior parte dos sítios arqueológicos conhecidos atualmente no Estado está localizada em ambientes que não são de Floresta Tropical Densa (segundo a classificação do Projeto RADAM 1974), ainda que este tipo de vegetação seja claramente predominante. Isto se deve, claramente, à falha de amostragem, uma vez que as pesquisas tenderam a acompanhar as áreas de acesso mais facilitado (junto às estradas) e de ocupação mais intensa (vale obser-

var a relação dos sítios conhecidos com a malha viária e com as sedes municipais) (Cabral & Saldanha 2010).

No contexto de floresta densa no Amapá, como pode ser observado no mapa, existe um conjunto de sítios que não aparece em outros ambientes, que

temos classificado como fase Koriabo (sítios em vermelho na Figura 1). É claro que a dimensão das áreas florestadas no Estado contribui para esse padrão, porém – considerando o conhecimento mais refinado sobre a presença de sítios nos outros ambientes – a

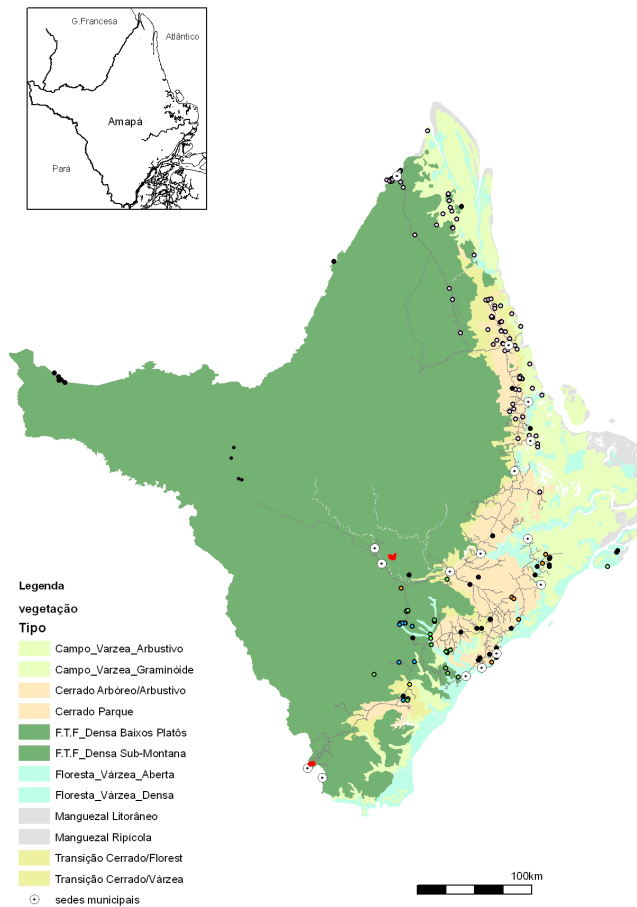


Figura 1 - Mapa de vegetação do Estado do Amapá com localização de sítios arqueológicos. Note que a maior parte dos sítios identificados está fora de ambiente de Floresta Densa (verde mais escuro). A coloração dos sítios indica fases/estilo a que estão associados: vermelho – Koriabo; verde – Mazagão; azul – Maracá; laranja – Caviana; rosa – Aristé; amarelo – histórico; negro – sem identificação. (Mapa elaborado pela autora sobre bases do Centro de Ordenamento Territorial/IEPA e do Núcleo de Pesquisa Arqueológica/IEPA).

relevância deste padrão não pode ser minimizada.

A discussão que realizo aqui tem início com uma investigação sobre a forma como a fase Koriabo tem sido utilizada em outras regiões. Esta primeira etapa visa oferecer uma base concreta para a reflexão fundante deste trabalho, que é a forma como a classificação na fase Koriabo pode ajudar (ou não) na instrumentalização de novas abordagens de pesquisa na região.

CONTEXTUALIZANDO A FASE KORIABO

Os primeiros conjuntos cerâmicos que originaram a criação desta fase foram descritos por Clifford Evans & Betty Meggers (1960). São coleções escavadas pelos autores durante a década de 1950, na então colônia da Guiana Britânica, atualmente República da Guiana. A partir de seis cortes estratigráficos em quatro sítios, localizados na bacia do Rio Barima, foram definidos cinco tipos cerâmicos: Barima sem decoração, Warapoco sem decoração, Koriabo sem decoração, Koriabo Inciso e Koriabo Raspado (Evans & Meggers, 1960: 124-145). Artefatos líticos também foram descritos, com destaque para enxós, cinzel, *choppers* e artefatos sobre lasca (facas e lâminas), porém careciam de características diagnósticas (op. cit:128-130).

As características consideradas por estes autores como diagnósticas da fase são: sítios de aldeias com tamanhos entre 1800 e 7400 m², com profundidade da camada não superior a 32cm, situa-

dos sobre barrancos de rio; a cerâmica tem predomínio de areia como tempero (o uso de uma areia rica em mica produz efeito brilhoso na cerâmica), com baixo uso de caraipé; e decoração “distintiva”: incisões cuidadosas finas e largas, associadas com decoração plástica (bolotinhas, linhas e pequenos rostos); a presença de incisões nas bordas e padrões lobados também caracterizam estes conjuntos (op. cit:144-145).

Evans & Meggers (1960:150) também observaram cacos desta fase em sítios da Fase Mabaruma e cacos da fase Mabaruma em sítios Koriabo, concluindo pela existência de relações de troca entre seus produtores. Posteriormente, também foram identificados cacos Koriabo em meio a sítios das fases Barba-koeba (Suriname e Guiana Francesa), Kwatta (Suriname) e Thémire (Guiana Francesa) (Rostain 2009:48).

Ao longo destes 50 anos, desde a publicação de Evans & Meggers (1960), a presença de sítios da fase Koriabo ampliou-se bastante. Um levantamento publicado por Boomert (2004) há poucos anos, mostra a presença de sítios classificados na fase Koriabo em todos os países do escudo guianense: Venezuela, Suriname, Guiana Francesa, Brasil, e – claro – a própria Guiana (Figura 2).

Esta dispersão e delimitação nesta ampla área (já que não há sítios fora do escudo guianense) levou Rostain a afirmar recentemente que “a cultura Koriabo é única porque é o único estilo cultural verdadeiramente das Guianas; não é encontrado fora desta área” (Rostain 2009:47). De fato, como ressaltado por este autor, a homogeneidade nas

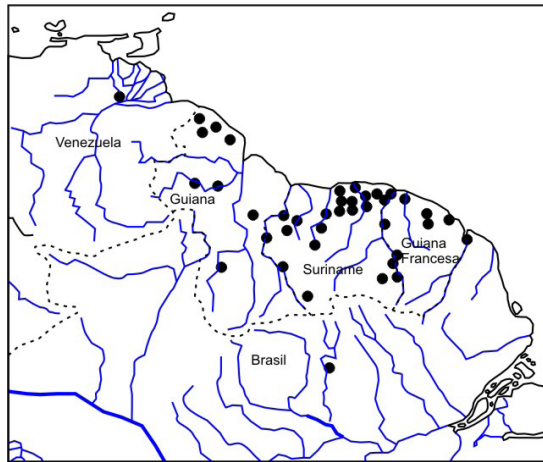


Figura 2 – Mapa de localização de sítios Koriabo (redesenhado pela autora sobre mapa de Boomert 2004).

formas e decoração destes conjuntos chama a atenção. A Figura 3 apresenta três vasilhas oriundas de sítios no Suriname, Guiana Francesa e Amapá, ilustrando esta recorrência de estilo.

As decorações incisas associadas com pequenos apliques, seguidamente com uma impressão anelar no seu interior, além de bordas lobadas, com decoração incisa e pequenos rostos, também se repetem por toda a região nestes conjuntos (Figura 4). Em uma ampla síntese sobre a arqueologia no Suriname, Veersteg (2003) – ao descrever a cerâmica Koriabo – também se refere a um “estilo único” (p.182), ressaltando a peculiaridade destas decorações que chamavam atenção desde sua definição.

Se as características gerais desta fase parecem ser um consenso entre os pesquisadores, sua cronologia e origem despertam alguns problemas. Nas pesquisas originais de Evans e Meggers (1960), quando

as datações radiocarbônicas ainda não eram disponíveis, sugeriu-se a entrada de seus produtores no Suriname por volta de 1200 AD, estimada a partir da relação de cerâmica Koriabo em sítios da Fase Mabaruma, com uma cronologia seriada (o contato teria ocorrido ao final da sequência temporal da Fase Mabaruma). Estes autores, como salientado mais acima, indicaram ainda uma origem a leste. De fato, fazem referência a um trabalho anterior (Meggers & Evans 1957) para sugerir que a presença de bordas lobadas e decorações incisas e raspadas semelhantes à Koriabo, que alcançam o norte do Amapá (Fase Aristé), é um indício de uma rota de penetração da foz do Amazonas para as Guianas, próxima ao litoral (Evans & Meggers 1960:151).

Com o advento das datações em C^{14} , uma série de sítios com cerâmica Koriabo pode obter datas mais precisas. Boomert (2004) apresenta um quadro sintético com datações de 14 sítios do Suriname, Guiana e Guiana Francesa,



Figura 3 – Vasos com perfil piriforme são característicos da fase Koriabo. Três exemplares de áreas afastadas entre si: 1- Guiana Francesa (ilustração de Rostain 1994, 2008); 2-Suriname (figura de Veersteg 2003); 3-Amapá (sítio MMX 1, desenho e arte de João Saldanha/ IEPA).



Figura 4 – Detalhes da decoração com incisões e apliques, em alguns casos sobre bordas lobadas (note a similaridade nos pequenos apliques circulares). (1) peças de sítios do Suriname (Veersteg 2003:182); (2) peças do sítio Laranjal do Jari 1, Amapá (acervo IEPA).

resumindo dados dispersos. Ele opta por não considerar algumas datas antigas, por indicação dos autores de risco de contaminação, assim como algumas datas mais recentes, pelo mesmo motivo. No texto o autor afirma: “nós chegamos ao período total de cerca de 750 anos, entre *ca.* 750 e 1500 AD, para o complexo Koriabo” (op. cit.:256). Boomert ainda destaca o quanto esta cronologia é mais antiga do que a prevista por Evans e Meggers (1960), e discorda de Veersteeg por descartar todas as datas anteriores a 1150 AD (Boomert 2004:256). Seu quadro de datações apresenta uma cronologia iniciando em 407-203 BC e alcançando até 1489-1949AD (op. cit.:Table 1), o que amplia sua sequência em pelo menos outros 750 anos, desconsiderados pelo autor pelo risco de contaminação das amostras.

Quanto à origem desta fase, Boomert (2004) partilha da sugestão de Evans e Meggers de uma relação entre a Fase Koriabo e os componentes antigos das Fases Mazagão e Aristé. Porém, o mesmo autor afirma que “os Ameríndios Koriabo expandiram lentamente sua área de habitação do interior de partes das Guianas para o litoral Atlântico” (op. cit.:256), sugerindo um movimento diferente. Apesar desta sugestão, o autor defende uma origem comum para as fases Koriabo, Aristé e Mazagão, propondo inclusive uma classificação deste conjunto em uma sub-série Koriabiana, atrelada à Tradição Policrômica, que o autor prefere chamar de Marajoaróide (op. cit.:258). Seu argumento é que os componentes antigos Aristé e Mazagão partilham com a fase Koriabo uma série de característi-

cas, da decoração à forma das vasilhas (op.cit.). Além disso, as três séries passam por uma modificação do tempero de areia e quartzo moído para caco moído e caraipé; e Aristé e Koriabo apresentam, mesmo no componente antigo, raros exemplares com pintura policrômica, que se tornaria predominante ao final da sequência Aristé.

Afastando-se um pouco mais da proposta de origem e dispersão de Evans e Meggers, Versteeg (2003) sugere outra rota. Ainda que este autor concorde em um início da ocupação relacionada à fase Koriabo por volta de 1200 AD, ele observa nas datações para o Suriname que os sítios mais antigos estão no interior, não no litoral. Uma passagem através das savanas de Sipawilini, no interior do escudo guianense, poderia explicar um movimento com origem no sul, até alcançar o litoral atlântico (Versteeg 2003:186). Novamente, no entanto, uma origem no baixo Amazonas é destacada: “baseados em seu admirável repertório cerâmico, nós supomos que os Koriabo originaram-se ao longo do curso inferior do rio Amazonas” (op.cit.:184).

Outra rota de movimentação dos produtores desta cerâmica tão característica foi proposta por Peter Hilbert (1982) para dar conta de explicar a presença desta cerâmica em uma região bem mais ao sul, no Rio Cuminã (também chamado de Paru de Oeste ou Erepecuru), um afluente da margem esquerda do Amazonas, no estado do Pará. Hilbert, que tinha disponível apenas os dados de Evans e Meggers sobre esta cerâmica, observou, na amostra do Rio Cuminã, também a presença de

fragmentos da Fase Mabaruma (Hilbert 1982:81), supondo a partir desta informação que o movimento tinha a direção norte-sul, colocando o sítio no Pará em um contexto mais recente do que os da Guiana. Para ele, “os povos da Fase Koriabo podem ter se refugiado para o interior sob pressão do contato Europeu” (op. cit.), seguindo uma rota pelo rio Essequibo para atravessar as montanhas do Tumucumaque.

Em uma síntese mais recente sobre o tema, Rostain (2009⁴) reafirma o “aparecimento” da fase Koriabo em torno de 1200 AD (o mesmo período que Evans e Meggers haviam sugerido em 1960). Ele segue a posição de Veerdeg da maior antiguidade dos sítios no interior (1200-1350AD), com os sítios próximos ao litoral um pouco mais recentes (1350-1600AD), mantendo ainda uma cronologia relativamente curta, de cerca de quatro séculos. É interessante destacar, no entanto, que Rostain mostra-se incerto sobre a origem desta fase: “pode ter surgido no médio Amazonas ou mesmo no centro do escudo guianense” (Rostain 2009:47), sendo o primeiro pesquisador a propor uma origem local e não conectada à foz do Amazonas.

A ampliação de pesquisas na região, em especial na Guiana Francesa, onde o contexto da arqueologia preventiva é muito rico, oferece algumas contribuições importantes. Recentemente, resultados de uma escavação em área ampla (2002 m²) no limite entre Guiana Francesa e Suriname ofereceram novas informações sobre esta fase (Van den Bel 2010). A identificação de diversas estruturas, como buracos de poste,

áreas de refugio e poços funerários levou à interpretação da existência de pelo menos duas casas, com alinhamentos de poste em ângulos (op. cit.:66-68). As datações, entre 950-1350 AD, associadas com a interpretação dos depósitos, levam o autor a propor uma ocupação contínua de aproximadamente 400 anos no local (op. cit.:86). Quanto à cronologia da fase, Van den Bel opta por um meio termo entre um início mais antigo (750AD, cf. Boomert 2004) ou mais recente (1200 AD, cf. Veerteg 2003 e outros), propondo um período entre 900 e 1500 AD (Van den Bel 2010:87).

Van den Bel, ao questionar-se sobre uma parte do conjunto cerâmico que não se encaixa nas séries conhecidas da fase Koriabo, coloca uma questão importante sobre o problema da classificação:

“A cerâmica doméstica ou lisa é pouco conhecida e seguidamente negligenciada pelos pesquisadores. A maior parte dos sítios são conhecidos através de poços-teste, coletas de superfície e coleções particulares (...). De fato, sua Koriabidade [sic] só é proclamada quando as decorações típicas Koriabo são observadas (...)” (Van den Bel 2010: 88-89).

Esta reflexão de Van de Bel é extremamente importante por contextualizar talvez a maior falha das classificações nestes conjuntos, que é justamente a restrição das observações. É uma restrição não apenas das observações que geraram as primeiras definições, mas também daquelas que – ao aplicarem a classificação a partir de elementos diagnósticos – as reforçam.

A observação detalhada de contextos arqueológicos, como a apresentada por

Van den Bel, permite entender diferenças posicionais do material, o que é essencial para a construção de explicações mais densas sobre a variabilidade e a mudança cultural⁵. De fato, este autor chega a propor que a cerâmica Koriabo seja uma cerâmica de troca, utilizada em atividades sociais intergrupos (Van den Bel 2010:89). É uma proposta bastante interessante que ajuda a explicar a presença destes conjuntos em uma área tão grande, representando “uma enorme esfera de interação social” (op. cit.), ao mesmo tempo em que amplia a compreensão deste conjunto para além da representação de um grupo cultural, o que observamos nos demais autores.

A partir deste levantamento, é possível observar algumas tendências no uso desta classificação. Destaco inicialmente problemas na cronologia, com alguma insistência em afirmar uma posição tardia para estes conjuntos (Meggers e Evans 1960; Veerstieg 2003; Rostain 2008, 2009). O único autor que assume uma maior antiguidade é Boomert (2004), porém – cautelosamente – opta por não considerar todas as datas disponíveis.

Apresento abaixo o quadro de datações de Boomert (2004), com algumas modificações (Quadro 1). Além de inserir novas datas (Saldanha & Cabral 2010, Van den Bel 2010), colocando os sítios em ordem cronológica.

Ao observar estes dados, totalizando 26 datações para sítios da fase Koriabo, chama a atenção a exclusão das datas mais antigas, que representam conjuntos de três áreas distintas (Suriname, Guiana e Guiana Francesa), totalizando sete amostras (quase um terço do total). Tal

frequência requer atenção quanto ao início da fase. A partir destes dados, fica claro que a cronologia da fase é certamente mais antiga que a proposta por Evans e Meggers (1960), e poderia durar até dez séculos, o que é um período bastante amplo para a manutenção e permanência tão acentuada de estilos. Porém, vale lembrar que a fase Marajoara – como apresentado por Schaan (2004) – tem uma cronologia desta extensão. De qualquer maneira, as datas disponíveis hoje para a fase Koriabo sugerem uma continuidade temporal significativa, sendo a definição mais clara sobre seu início uma questão a ser investigada.

Outra observação interessante que este quadro permite é quanto à relação entre a cronologia e a distribuição dos sítios nos diversos países. A partir da organização cronológica que apresento na Tabela 1, fica claro que as datas não suportam a hipótese de uma migração de leste para oeste, mais antiga na foz do Amazonas (Amapá) e mais recente no Suriname. O que se vê, nesta tabela, é uma mistura de cronologias entre os vários países. Seria necessário espacializar estas informações para testar com mais cuidado a hipótese de uma expansão a partir do interior em direção ao litoral, o que poderia explicar cronologias semelhantes em países diversos pela proximidade das fronteiras no interior da região.

JUNTANDO CACOS

Como busquei demonstrar até aqui, a maneira como a classificação de sítios arqueológicos na fase Koriabo tem sido usada segue uma tendência mais ampla

Quadro 1.

Quadro de datações radiocarbônicas de sítios Koriabo. Destaquei em cinza as datas que encaixam na cronologia proposta por Boomert (2004), sendo que o tom mais escuro realça as datas que se encaixam nas cronologias mais tardias (Evans e Meggers 1960; Veersteeg 2003; Rostain 2008, 2009). Refeito com modificações a partir de Boomert (2004:257), com adição de dados de Saldanha e Cabral (2010) e Van den Bel (2010).

Sítio	País	Referência	Data calibrada
Onverdacht	Suriname	Boomert 2004	407-203 BC
Waiwiaru Market	Guiana	Boomert 2004	Ca. 200 BC
Petit Saut, Site 230 East	Guiana Francesa	Boomert 2004	165 BC-79 AD
Mazaruni 1/2	Guiana	Boomert 2004	333 BC-127 AD
Mazaruni 1/2	Guiana	Boomert 2004	25-230 AD
Petit Saut, Site 260	Guiana Francesa	Boomert 2004	407-595 AD
Petit Saut, Site 260	Guiana Francesa	Boomert 2004	433-619 AD
Mazaruni 1/2	Guiana	Boomert 2004	405-767 AD
Commewane 1/2	Suriname	Boomert 2004	645-851 AD
MMX 11	Amapá	Saldanha e Cabral 2010	670-880 AD
Petit Saut, Site 230 East	Guiana Francesa	Boomert 2004	671-881 AD
Hanover	Suriname	Boomert 2004	781-995 AD
Crique Sparouine	Guiana Francesa	Van den Bel 2010	977-1023 AD
Crique Sparouine	Guiana Francesa	Van den Bel 2010	1037-1143 AD
Moengo Boesmanhill	Suriname	Boomert 2004	901-1217 AD
Petit Saut, Site 230 East	Guiana Francesa	Boomert 2004	1045-1277 AD
Crique Sparouine	Guiana Francesa	Van den Bel 2010	1238-1295 AD
Coeroeni Island	Suriname	Boomert 2004	1131-1297 AD
Crique Sparouine	Guiana Francesa	Van den Bel 2010	1303-1368 AD
Blauwgrond 2	Suriname	Boomert 2004	1303-1453AD
Petit Saut, Site 230 East	Guiana Francesa	Boomert 2004	1325-1451 AD
Moricokreek	Suriname	Boomert 2004	1327-1635 AD
Cristiaankondre	Suriname	Boomert 2004	1405-1629 AD
Bigiston	Suriname	Boomert 2004	1417-1637 AD
Petit Saut, Site 230 East	Guiana Francesa	Boomert 2004	1251-1949 AD
Saut Mapou	Guiana Francesa	Boomert 2004	1489-1951 AD

de “engessar” o registro arqueológico em uma categoria homogênea. Schaap (2007: 87) já alertava para esta situação no contexto da fase Marajoara:

“Ao tratar a ‘fase’ como uma entidade homogênea e não passível de transformações, fossilizamos o registro arqueológico e deixamos de utilizar o estudo dos artefatos para entender processos de mudança cultural de longo termo, um dos objetivos maiores da arqueologia”.

Com exceção de Van den Bel (2010), os pesquisadores que se voltaram ao estudo de contextos associados à fase Koriabo reforçam em suas sínteses uma compreensão normativa do termo, e os únicos pontos de discussão referem-se à cronologia e à origem ou dispersão, que são de fato os problemas de pesquisa levantados.

Nos últimos anos, com a ampliação de pesquisas no estado do Amapá, nossa equipe se deparou também com conjuntos cerâmicos que apresentam as características típicas Koriabo. Como apresentei nas Figuras 3 e 4, estes conjuntos, oriundos de diferentes sítios e áreas, partilham da decoração “distintiva” observada em sítios espalhados por todo escudo guianense. Porém, o desconforto em classificá-los nesta categoria, sem refletir sobre a carga que o termo Koriabo carrega atualmente, demanda a discussão que apresento aqui, sobre a utilidade (ou não) de aplicá-lo nestes novos contextos. Para tanto, me volto aos contextos do Amapá como foco de reflexão.

Nossas primeiras observações de características Koriabo em conjuntos cerâmicos no Amapá foram realizadas em con-

textos de arqueologia preventiva. Em um projeto de acompanhamento da instalação de uma mineradora de ferro no município de Pedra Branca do Amapari, desenvolvido entre 2007 e 2009, nossa equipe registrou 37 sítios arqueológicos, sendo que em dez sítios foram realizadas atividades de pesquisa intensiva⁶ (coletas sistemáticas de superfície, sondagens e escavações em área ampla), totalizando mais de 24 mil peças, sendo 6% em material lítico e o restante cerâmico (Saldanha & Cabral 2009a:6).

Escavações em área ampla, em decapagem mecânica, permitiram a identificação de estruturas de habitação e funerárias. Da mesma forma que descrito por Van den Bel (2010), a cerâmica com características típicas Koriabo estava associada com um conjunto não identificado de vasilhas domésticas e pouco decoradas. Em um dos sítios (MMX 01), as peças Koriabo estavam em contexto funerário, depositadas em uma fossa (Saldanha & Cabral 2010), claramente apartadas do restante do material.

Posteriormente, em meados de 2009, uma ampla escavação realizada em Laranjal do Jari, limite sul do Estado, trouxe à tona uma coleção singular de cerâmica e peças líticas. O sítio Laranjal do Jari 1 também foi escavado em contexto de arqueologia preventiva, para a construção do Campus de uma escola técnica⁷. Este era um sítio com extensa camada de terra preta (0,40 a 1,00m de espessura), com um diâmetro de aproximadamente 200m. As escavações alcançaram 4200 m², e foram acompanhadas de coletas de superfície. Ao todo, foram identificadas mais de 300

estruturas antrópicas, entre buracos de poste, estruturas de combustão, depósitos líticos e cerâmicos, fossas (com e sem deposições cerâmicas associadas) e estruturas funerárias (enterramentos secundários em urna).

As análises do material ainda estão em processamento⁸, mas os dados preliminares indicam novamente uma separação entre os conjuntos típicos Koriabo (com muita decoração incisa e plástica, ver Figura 4) e um conjunto de vasilhas sem decoração. É interessante destacar que, no caso deste sítio, o material decorado Koriabo não está associado às estruturas funerárias, com exceção de um possível enterramento cremado⁹. De fato, as estruturas funerárias são compostas quase que inteiramente por vasilhas sem decoração completas, algumas com buracos de reparo em antigas rachaduras; enquanto o material decorado está fragmentado em deposições esparsas.

Um terceiro contexto em que cerâmica com decoração característica Koriabo apareceu no Amapá é no interior da Terra Indígena Wajãpi. Em 2009, a convite da Associação das Aldeias Wajãpi, Apina, realizei a primeira expedição de pesquisa arqueológica na Terra Indígena Wajãpi, guiada pela família de um

jovem pesquisador wajãpi: Rosenã e sua esposa Marinau, sua cunhada Anory, e duas crianças de colo. A região onde está situada a TI Wajãpi fica na parte central do estado, uma área que nunca havia sido pesquisada previamente por arqueólogos, como a maior parte do Estado e amplas regiões da Amazônia.

Esta primeira viagem permitiu o mapeamento de uma série de lugares com vestígios culturais, incluindo roças e aldeias abandonadas há poucos anos. Para a discussão deste trabalho, o importante a destacar são vestígios cerâmicos identificados no entorno da aldeia Najaty. O cacique Waiwai, um dos depositários da tradição na atualidade (Expressão 2006), me mostrou os cacos que encontra no entorno de sua casa afirmando que não eram potes wajãpi, pois não reconhece os desenhos. Entre os fragmentos, havia três com decoração incisa com motivos peculiares, que repetem padrões classificados como Koriabo (Figura 5).

PARA FINALIZAR

Ao rever estes três contextos bastante distintos no Amapá em que é possível identificar conjuntos que podem ser classificados na fase Koriabo, me per-

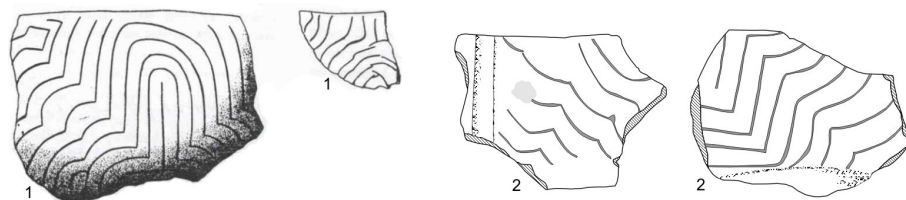


Figura 5 - Fragmentos cerâmicos com decoração incisa. (1) Fragmentos do Rio Cuminã, PA, classificados como Koriabo por Hilbert (1982). (2) Fragmentos da aldeia Najaty, TI Wajãpi (ilustrações da autora).

gunto por que isto não é suficiente? Por que denominá-los em uma fase não resolve minha angústia?

Enquanto a classificação é certamente necessária como forma de organizar os dados e torná-los compreensíveis para uma audiência maior, o desconforto está na série de suposições que tem sido adicionada ao termo ao longo dos seus 50 anos de existência. Quando me refiro a determinado conjunto cerâmico nomeando a fase a que está relacionado, minha intenção é permitir comparações, é incentivá-las. Porém, quando este nome carrega junto um pacote de outras afirmações que vão além de uma descrição de características próprias do conjunto (formas, decorações, tipos de pasta e queima), é preciso cautela.

Dos três contextos no Amapá, dois deles oferecem dados detalhados do registro arqueológico. Os sítios no entorno de Pedra Branca do Amapari e o sítio Laranjal do Jari 1, porém, parecem partilhar tão somente a presença destes tipos de cerâmica, já que os contextos de deposição são bastante diversos.

Enquanto no Laranjal do Jari 1 há presença de terra preta, em Pedra Branca os solos antrópicos têm coloração mais clara e menos espessa. Além disso, no primeiro a deposição de cerâmicas inteiras em fossas é significativa, enquanto nos últimos é bastante rara. E a própria associação da cerâmica característica Koriabo é distinta nos dois casos, ora claramente funerária, ora afastada destes contextos.

Esta variação só é possível de ser observada em função das escavações em área ampla realizadas, com registro de-

talhado. Refletindo sobre a crítica de Van den Bel (2010) a coletas bastante restritas, partilho com ele, “*with all the respect*” (op. cit.:91), da insatisfação com os dados atualmente disponíveis. A construção sobre a fase Koriabo elaborada nas últimas cinco décadas, assim como para outras fases da região, tem bases ainda instáveis, pois os dados – na sua maioria – foram obtidos em pequenos cortes, com escassas informações contextuais (Van den Bel 2010). Passados 50 anos, outros enfoques demandam esta reflexão.

Os interesses recentes em investigar os processos de mudança cultural que se desenvolveram na região Amazônica nos últimos milênios (por exemplo, Heckenberger & Neves 2009; Erickson 2010; e Schaan 2011), associado a preocupações com a relevância do conhecimento produzido para a própria região e seus moradores (Heckenberger & Neves 2009; Erickson 2004) aponta para a necessidade de prestarmos atenção nas nossas classificações no sentido de utilizá-las para estes fins. Qual o sentido em agrupar sob um mesmo rótulo contextos arqueológicos diferentes? Qual a força de alguns atributos cerâmicos na definição de categorias classificatórias? E quais alternativas tomar?

No atual momento, eu não vejo outro caminho que não o aprofundamento em contextos específicos. Ao pensar a arqueologia como antropologia, o equilíbrio entre o particularismo e universal também precisa ser dosado. Os usos que têm sido feitos na maior parte dos casos do termo Koriabo na arqueologia da região, como busquei demon-

strar aqui, têm um caráter generalizador. Como decorrência, as semelhanças são ressaltadas e as diferenças negligenciadas, com uma forte tendência à homogeneização.

Como destacado por Van den Bel (2010), estudos pormenorizados oferecem uma base de dados qualitativamente superior, ampliando as possibilidades explicativas e criando novas questões, para além da cronologia e da origem (que apesar de importantes não se sustentam sozinhas). É preciso voltar ao particular, olhar cada contexto individualmente para então buscar as comparações. Se na antropologia contemporânea existe certo mal-estar com tendências particularizantes, que levam os antropólogos a reforçar a importância de enfoques comparativos (entre outros, Peirano 1997; Ingold 2008), no contexto da arqueologia das Guianas parece ocorrer o inverso.

NOTAS

¹ Basta lembrar que os trabalhos pioneiros de Betty Meggers e Clifford Evans na Amazônia (Evans 1950, Meggers & Evans 1957, Evans & Meggers 1960) foram um exercício dessas classificações, depois normatizadas com a implementação do PRONAPA.

² Para uma ótima revisão sobre este tema, vale consultar Dias 1994.

³ O termo “cultura” é usado por pesquisadores nos países vizinhos no mesmo sentido que o termo “fase” é usado no Brasil.

⁴ Também disponível em Rostain (2008).

⁵ Ver, por exemplo, Schaan (2004), que ao discutir dados detalhados de deposições em sítios na Ilha do Marajó propõe uma expli-

cação sobre o desenvolvimento cultural na ilha com forte embasamento nos dados, colocando em discussão a história cultural proposta anteriormente.

⁶ É importante salientar que as pesquisas na área tiveram continuidade após o encerramento do projeto através de outra equipe.

⁷ As informações apresentadas aqui são em parte oriundas do relatório de campo (Saldanha & Cabral 2009b), dos registros de escavação (diários e fichas) e do acompanhamento das análises em laboratório.

⁸ O material cerâmico está sendo analisado pelos bolsistas de Iniciação Científica Jelly Juliane Lima e Francisco Luis Coutinho Jr., e pelo bolsista de extensão Fabrício Ferreira; o lítico está sendo analisado pelo bolsista de Iniciação Científica Bruno Barreto.

⁹ Como o material cremado ainda não foi analisado, não é possível afirmar se os vestígios são humanos.

REFERÊNCIAS

Barreto, C. 1998. Brazilian Archaeology from a Brazilian Perspective. *American Antiquity* 72:573-581.

Boomert, A. & S. B. Kroonenberg. 1977. Manufacture and trade of stone artifacts in prehistoric Surinam., in Ex Horreo, I.P.P. 1951-1976 - *Cingula* IV. Editado por B. L. V. Beek, R. W. Brandt & W. Groenman-Van Waateringe. Amsterdam.

Boomert, A. 2004. Koriabo and the Polychrome Tradition: the Late-Prehistoric Era between the Orinoco and Amazon mouths, in *Late Ceramic Age Societies in the Eastern Caribbean Monographs in American Archaeology* 14. Editado por A. Delpuech & C. Hofman. Paris: BAR IS 1273.

Cabral, M. P. & J. D. M. Saldanha. 2010. Ocupações pré-coloniais no setor costeiro

- atlântico do Estado do Amapá, in *Arqueologia Amazônica* Vol. 1, pp. 49-60. Editado por E. S. Pereira & V. Guapindaia. Belém: MPEG/ IPHAN/ SECULT.
- Dias, A. S. 1994. *Repensando a Tradição Umbu a partir de um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS, Porto Alegre, Brasil.
- Erickson, C. 2004. Historical ecology and future explorations, in *Amazonian Dark Earths*, pp.455-500. Editado por J. Lehmann, D. C. Kern, B. Glaser & W.I. Woods. New York: Kluwer Academic Publisher.
- Erickson, C. 2010. The Transformation of Environment into Landscape: the Historical Ecology of Monumental Earthwork Construction in the Bolivian Amazon. *Diversity* 2(4): 618-652.
- Evans, C. & B. J. Meggers. 1960. Archaeological Investigations in British Guyana. *Bulletin of the Bureau of American Ethnology* 177: 1-418.
- Heckenberger, M. & E. G. Neves. 2009. Amazonian Archaeology. *Ann. Rev. Anthropol.* 38: 251-266.
- Hilbert, P. P. 1982. Pottery from the Cuminã River, Brazil, and its affiliation with the Koriabo Phase of Guyana. *Journal of Archaeology and Anthropology* 5(1-2): pp:75-82.
- Lima, H. P., E. G. Neves & J. B. Petersen. 2006. A fase Açutuba: um novo complexo cerâmico na Amazônia central. *Arqueologia Suramericana* 2:26-52.
- IPHAN. *Expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá*. 2006. Dossiê IPHAN 2. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Meggers, B. J. & C. Evans. 1957. Archaeological investigations at the mouth of the Amazon. *Bulletin of the Bureau of American Ethnology* 167. Washington DC: Smithsonian Institution.
- Projeto Radam. 1974. *Folha NA/NB.22-Macapá; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral/ Brasil.
- Prous, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UnB.
- Rostain, S. 2008. The Archaeology of the Guianas: an Overview, in *Handbook of South American Archaeology*, pp. 279-302. Editado por H. Silverman & W. H. Isbell. New York: Springer.
- Rostain, S. 2009. Between Orinoco and Amazon: The Ceramic Age in the Guianas, in *Anthropologies of Guayana: Cultural Spaces in Northeastern Amazonia*, pp.36-54. Editado por N. L. Whitehead & S. W. Alemán. Tucson: University of Arizona Press.
- Saldanha, J. D. M. & M. P. Cabral. 2009a. *Relatório Final do Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Área da Mina de Ferro do Projeto Ferro Amapá (MMX)*. Relatório de Projeto. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. Inédito.
- Saldanha, J. D. M. & M. P. Cabral. 2009b. *Relatório de Resgate do Sítio Arqueológico Laranjal do Jari 1*. Relatório de Campo. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. Inédito.
- Saldanha, J. D. M. & M. P. Cabral. 2010. A Arqueologia do Amapá: reavaliação e novas perspectivas, in *Arqueologia Amazônica* Vol. 1, pp. 95-112. Editado por E. S. Pereira & V. Guapindaia. Belém: MPEG/ IPHAN/ SECULT.
- Schaan, D.P. 2004. *The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Social Complexity on Marajo Island*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade de Pittsburgh, EUA.
- Schaan, D. P. 2007. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Bole-*

Cabral, M. P.

tim do MPEG - Ciências Humanas 2(1): 27-39.

Schaan, D.P. 2011. Ponds, Lakes and Feasts: the Geography of Anthropogenic Soils, in *Sacred Geographies of Ancient Amazonia*. Walnut Creek: Left Coast Press.

Van Den Bel, M. 2010. A Koriabo site on the Lower Maroni River: results of the preventive archaeological excavation at Crique Sparouine, French Guiana, in *Arqueologia Amazônica* Vol.1, pp.61-93. Editado por E. S. Pereira & V. Guapindaia. Belém: MPEG/IPHAN/ SECULT.

Versteeg, A. H. 2003. *Suriname before Columbus*. Paramaribo: Stichting Surinaams Museum.

Recebido em 03/04/2011.

Aprovado em 30/06/2011.